

Hoje, 1º de abril, Dia da Mentira, o Corpo de Bombeiros e o Centro de Operações da Polícia Militar são os órgãos preferidos das brincadeiras contadas, principalmente, por crianças e adolescentes. Moradores de Caçaroca, Cariacica, reclamaram de nova ação poluidora no Rio Formate, ontem pela manhã, matando peixes no local.

# Sistema aquaviário continua parado

Passado mais de um ano do fechamento, Pisa e Governo ainda não se entendem

JUSSARA BAPTISTA

Passado pouco mais de um ano, as lanchas do sistema aquaviário continuam da mesma forma: paradas. Nos quatro terminais da região metropolitana: centro e Dom Bosco, em Vitória; Santana, em Cariacica, e Prainha, em Vila Velha, nada mudou desde o dia 1º de março de 2000, quando as embarcações deixaram de operar.

O motivo para isso é que a briga judicial entre a empresa Pisa Engenharia, que operava o sistema desde 1991, e o Governo do Estado continua à espera de uma decisão do Tribunal de Justiça.

O poder público recorreu aos desembargadores para derrubar a liminar concedida pela Primeira Vara dos Feitos da Fazenda, em maio do ano passado, favorável à Pisa Engenharia, que poderia voltar a fazer parte da Câmara de Compensação Tarifária.

A empresa havia sido desligada da entidade em dezembro de 1999 por meio de uma emenda à Constituição Estadual, aprovada pela Assembleia Legislativa.

## Suspensão



Ricardo Medeiros

## À espera

Lanchas e terminais já foram retomados pelo Governo, segundo o secretário de Transportes, Jorge Hélio, mas 'não há prazo para que o sistema volte a operar'

correr até as últimas instâncias. "Tínhamos concessão de 15 anos, a partir de 1991, e fazíamos parte do transporte coletivo da Grande Vitória. Por isso, devemos participar da Câmara", afirmou.

Já o secretário dos Transportes e Obras Públicas, Jorge Hélio Leal, disse que a quebra do contrato partiu da Pisa Engenharia, que deveria continuar

com mais frequência", disse.

Quem não tem nada a reclamar da paralisação são os ca-traieiros. Geraldo Massal, 22, por exemplo, conta que antes

da paralisação tinha um rendimento semanal de cerca de R\$ 80,00. Hoje, esse valor passou para R\$ 140,00. "Por mim, ficaria parado pelo resto da vida"

## À deriva

1999

### Dezembro

A Assembleia Legislativa aprovou a emenda constitucional 025, que cancelou a participação da empresa Pisa Engenharia, operadora do sistema aquaviário desde 1991, no repasse de verbas da Câmara de Compensação Tarifária. O percentual de 1,5% da arrecadação total do sistema Transcol, cerca de R\$ 120 mil mensais, deixou de ser remetido à empresa.

2000

### 12 de janeiro

A emenda 025 e os decretos 006-R e 10-R entraram em vigor. No entanto, a Pisa Engenharia alegou que o repasse já havia sido cortado desde dezembro de 2000. Sem as verbas do Sistema Transcol, as passagens das lanchas passaram de R\$ 0,75 para R\$ 3,70.

### 1º de março

A Pisa Engenharia suspendeu a operação das lanchas do sistema aquaviário alegando falta de recursos. Com a paralisação, 109 trabalhadores foram demitidos e cerca de 2,5 mil pessoas, que usavam diariamente as embarcações, ficaram sem o transporte. A partir dessa data, a empresa passou a ser multada em R\$ 743,00 por dia pelo Governo do Estado.

### 1º de maio

Mais de três mil assinaturas foram recolhidas no portão principal do Convento da Penha, em Vila Velha. O abaixo-assinado foi promovido pelos trabalhadores desempregados devido à desativação dos terminais aquaviários.

### 12 de maio

A juíza Magda Regina de Castro Lugon, da Primeira Vara dos Feitos da Fazenda Pública Estadual, concedeu liminar favorável à Pisa Engenharia para que a empresa voltasse a fazer parte da Câmara de Compensação Tarifária. A liminar foi fruto de uma ação ordinária proposta contra o Governo e a Companhia de Transportes Urbanos da Grande Vitória (Ceturb/GV).

### Setembro

O presidente do Tribunal de Justiça, Geraldo Corrêa da Silva, suspendeu a liminar que concedia à Pisa Engenharia, o retorno à Câmara de Compensação Tarifária.

2001

### Março

A questão ainda não foi decidida e está parada no Tribunal de Justiça do Estado. A assessoria jurídica da Pisa Engenharia questiona a suspensão da liminar deferida pelo presidente do Tribunal de Justiça. Isso porque um agravo interposto pelo Estado foi indeferido pela 4ª Câmara Cível Isolada do Tribunal, anteriormente. Um desembargador, em razão desse fato, pediu vistas aos autos do processo, que serão analisados novamente pelo Tribunal.

Compensação financeira. A empresa havia sido desligada da entidade em dezembro de 1999 por meio de uma emenda à Constituição Estadual, aprovada pela Assembleia Legislativa.

### **Suspensão**

Em setembro de 2000, o presidente do Tribunal de Justiça, Geraldo Corrêa da Silva, suspendeu a liminar favorável à Pisa. No entanto, a questão ainda não foi decidida, pois a assessoria jurídica da empresa questiona a decisão.

De acordo com o advogado da Pisa, Arthur Stephan Melo, antes da liminar ser derrubada, um agravo interposto pelo Estado foi indeferido pela 4ª Câmara Cível Isolada do Tribunal. "Por esse fato, um desembargador pediu vistas aos autos do processo, que serão analisados novamente".

O assessor técnico da Pisa Engenharia, Abraão Carasso, afirmou que a empresa vai re-

letivo da Grande Vitória. Por isso, devemos participar da Câmara", afirmou.

Já o secretário dos Transportes e Obras Públicas, Jorge Hélio Leal, disse que a quebra do contrato partiu da Pisa Engenharia, que deveria continuar operando normalmente, mesmo sem o repasse da Câmara.

Leal afirmou que o Governo aguarda o fim da pendência judicial, mas que os equipamentos, as lanchas e os terminais já foram retomados pelo Governo. "Não há prazo para que o sistema volte a operar".

### **Usuários**

Enquanto nada é resolvido, a opinião dos usuários parece favorável à volta das lanchas. "Está fazendo muita falta. Era uma viagem rápida e agradável", disse a artista plástica Maria Correia, 29 anos. Da mesma forma, pensa o autônomo Henrique Lima, 42 anos. "Seria bom que voltasse, mas